



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS
CAMPUS DE CAICÓ

MARCELO LUÍS DE MEDEIROS

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:
FERRAMENTA IMPORTANTE?**

CAICÓ – RN

2015

MARCELO LUÍS DE MEDEIROS

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:
FERRAMENTA IMPORTANTE?**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Celso Luiz Souza de Oliveira.

CAICÓ – RN

2015

Catalogação da Publicação na Fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Medeiros, Marcelo Luís de.

Escrituração contábil para as micro e pequenas empresas :
ferramenta importante / Marcelo Luís de Medeiros. - Caico-RN:
UFRN, 2015.

44f: il.

Orientador : Celso Luiz Souza de Oliveira.

Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do
Seridó - Campus Caicó.

1. Microempresas. 2. Empresas de pequeno porte. 3.
Escrituração contábil. I. Oliveira, Celso Luiz Souza de. II.
Título.

MARCELO LUÍS DE MEDEIROS

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:
FERRAMENTA IMPORTANTE?**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Celso Luiz Souza de Oliveira - UFRN/CERES
Orientador

Prof.^a Ms. - UFRN/CERES
Examinador

Prof.^o Ms. Ou Esp. Ou Dr. - UFRN/CERES
Examinador

A minha mãe e irmã pelo amor, carinho e atenção!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde, por me dar força e coragem para realização de mais um objetivo.

A minha família quero agradecer de forma destacada, por ser meu maior incentivo.

A esta Universidade, corpo docente, direção e administração, que abriram uma janela pra que eu pudesse vislumbrar um horizonte melhor.

Ao meu orientador, professor Celso Luiz Souza de Oliveira, por ter dedicado parte de seu tempo a me orientar e instruir para a conclusão deste trabalho.

Meus amigos e colegas de trabalho que sempre me motivaram bastante na construção deste.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Meu muito abrigado!

A contabilidade é solução quando tratada com respeito e como ciência, uma ferramenta de apoio gerencial tendo a administração financeira e estatística como apoio acessório nas rotinas da empresa. É dor de cabeça quando encarada como estorvo burocrático.

José Dias da Rocha

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise sobre a importância da escrituração contábil dentro das microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista as altas taxas de mortalidade nessas categorias empresariais. Procura-se destacar a importância da contabilidade como instrumento de gestão que irá apoiar o processo decisório e também elencar um conjunto de vantagens para as empresas que optam por manter uma escrituração contábil completa e fidedigna, independente de estarem obrigadas ou não. Nesse contexto, o estudo visa comprovar a efetiva necessidade da adoção de um sistema de contabilidade para essas empresas a fim de que possam se fortalecer e continuar atuando no mercado, tendo em vista a sua grande importância no cenário econômico. Para atender esta finalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foi constatado que os autores consultados de forma unânime reconhecem a importância da ferramenta contábil como instrumento indispensável de gestão, independente do porte da empresa, uma vez que é possível acompanhar toda evolução patrimonial da entidade.

Palavras-chave: Microempresas. Empresas de Pequeno Porte. Escrituração Contábil.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the importance of accounting bookkeeping within the micro and small businesses, in view of the high mortality rates in these business categories. Wanted highlight the importance of accounting as a management tool that will support decision making and also to list a number of advantages for companies that choose to keep a complete and reliable accounting bookkeeping, regardless of whether required or not. In this context, the study aims to demonstrate the effective need to adopt an accounting system for these companies so that they can strengthen and continue acting in the market, given its great importance in the economic scenario. To meet this end, a literature survey was conducted where it was found that the unanimously consulted authors recognize the importance of accounting tool as an indispensable management tool, regardless of company size, since it is possible to follow all equity evolution of the entity.

Keywords: Microenterprises. Small Businesses. Accounting Bookkeeping.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
COFINS	Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
ECD	Escrituração Contábil Digital
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FASB	Financial Accounting Standards Board
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITG	Intepretação Técnica Geral
ME	Microempresa
MPE	Micro e Pequena Empresa
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio as micro e pequenas empresas
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.2.1 Geral	12
1.2.2 Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	14
2.2 CONTABILIDADE NO BRASIL	15
2.3 A CONTABILIDADE NO CENÁRIO ATUAL	16
2.4 A IMPORTÂNCIA DAS ME E EPP NO CONTEXTO NACIONAL.....	20
2.5 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	21
2.6 CUSTO X BENEFÍCIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	22
2.7 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	23
2.8 OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	24
2.9 LIMITAÇÕES DO MÉTODO CONTÁBIL.....	27
2.10 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	27
2.11 LIVROS CONTÁBEIS	28
2.11.1 Livro Diário	28
2.11.2 Livro Razão	29
2.12 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS ME E EPP	30
2.13 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	32
2.13.1 Balanço Patrimonial	33
2.13.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	34
2.13.3 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	34
2.13.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	35
2.13.5 Notas Explicativas	35
3 METODOLOGIA.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
4.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	40
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Todas as empresas possuem um objetivo, seja a busca incessante por resultados financeiros, resultados sociais, ou até mesmo a sua expansão. Enfim, todo empreendimento tem algo em comum: buscam atingir uma determinada meta.

Assim, a contabilidade surge como o instrumento que dará suporte à administração nesse processo, através do registro dos atos e fatos administrativos que irão produzir dados econômicos, que possibilitarão ao administrador planejar e controlar suas ações para traçar os objetivos da empresa.

Iudícibus (1999) comenta que a todo instante tomam-se decisões que podem ser importantes ou não, e nas organizações não é diferente. Os micro e pequeno empresário vêm-se, constantemente, obrigados a adotar medidas, que em sua maioria são vitais para o sucesso do negócio. Tais medidas devem ser suportadas por informações corretas que tem como a contabilidade o grande instrumento de auxílio.

Vivencia-se uma época onde a importância da informação é indiscutível, e a escrituração quando elaborada de acordo com as normas, constitui uma imprescindível ferramenta de gestão, além de possibilitar muitas outras vantagens. Deste modo, a tomada de decisão baseada na experiência do administrador e na sua intuição, não são mais fatores decisivos no quadro atual, exige-se, ainda, um elenco de informações reais e tempestivas que norteiem tais decisões.

Para as micro e pequenas empresas (MPEs), os aspectos informacionais são indispensáveis devido à fragilidade financeira e operacional que envolve esse tipo de empreendimento. Portanto, compreender a importância da informação contábil é vital para a empresa, tendo em vista que uma das dificuldades encontradas nas organizações é a precariedade da utilização desta ou até mesmo a inutilidade diante do planejamento estratégico.

Entendendo que a contabilidade é parte natural das organizações, não se pode admitir que o segmento empresarial possa prescindir desse instrumento tão importante na gerência dos seus negócios.

Vale salientar que para atender a essa finalidade de maneira eficaz, a contabilidade deve conter todas as informações importantes da empresa e está de acordo com as normas e os princípios fundamentais, não limitando-se apenas ao Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), mas também a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), notas

explicativas, além de outros relatórios que possibilitarão a compreensão dos mais diversos tipos de usuários.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Segundo Lakatos (1993, p. 218), tema é “o assunto que se deseja provar ou desenvolver”. Deste modo, sua escolha pode ser influenciada por fatores pessoais, profissionais ou acadêmicos.

A automação comercial em alta escala, como reflexo do desenvolvimento tecnológico, trouxe aos processos industriais, grande contribuição para sua melhoria e qualidade dos produtos. Mas por outro lado elevou o nível de desemprego, forçando a classe trabalhadora a buscar alternativas pra suprir essa lacuna. Assim, como a tecnologia cresceu no mundo dos negócios, também cresceu as expectativas de muitos desempregados buscarem dentro de suas especializações, um mercado de trabalho próprio proporcionado pelo que denomina-se de empreendedorismo.

O sonho de ter seu próprio negócio, incentivou a criação de muitas MPEs, fazendo com que alguns trabalhadores passassem à condição de empresários – inclusive, à de gestores e administradores, tendo em vista que nessas entidades, geralmente quem administra é o próprio dono da empresa – sem ter tido a oportunidade de vivenciar o ambiente empresarial com todos os seus percalços e adversidades, características inerentes à qualquer empreendimento.

Observa-se com frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam problemas de sobrevivência. Ocorre que, na maioria das vezes, os gestores tomam decisões sem respaldo, nem dados confiáveis, em virtude da contabilidade não representar a realidade empresarial, já que é feita de forma distorcida, por ter sido elaborada pra atender exclusivamente as exigências fiscais.

Isto posto, Chiavenato (2008, p. 15) explana que “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam”.

As MEs desenvolvem um papel importante na redução das desigualdades sociais, sendo a principal mola para geração de emprego no país. Isso demonstra que mesmo diante da enorme carga tributaria e da burocracia para abertura de novos negócios, essas entidades detém um grande potencial. Contudo, não basta somente ter coragem para abrir uma empresa, é necessário ter habilidade para vivenciar ambientes tão complexos e hostis.

É grande a importância das MPEs no cenário econômico brasileiro, visto que além de criar diversos postos de trabalhos, são responsáveis por uma parte expressiva do Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, passam por várias dificuldades que relatam uma triste realidade, muitas vezes desestimulante por parte dos empresários.

Assim, a escrituração contábil é imprescindível para avaliação do desempenho do negócio, pois a partir dos relatórios ou demonstrações contábeis é possível visualizar as variações sofridas pelo patrimônio e a riqueza gerada num determinado período, possibilitando uma tomada de decisão coerente e, conseqüentemente, a otimização dos resultados, de modo que irá contribuir para a consolidação dessas empresas no mercado.

Destarte, as empresas que utilizam a informação contábil, beneficiam-se por ter relatórios importantes em tempo hábil, facilitando a tomada de decisões, seja de investimentos, de aplicações financeiras ou aumento/diminuição da produção.

Para a solução desta problemática, surge a seguinte questão: como a escrituração contábil pode auxiliar na tomada de decisão, e quais suas vantagens competitivas?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo tem grande influência na pesquisa e deve ser elaborado com bastante clareza. Deste modo, Costa e Cardim (2004) descrevem que deve ser o trabalho que irá pesquisar onde se quer chegar, e as metas que se deseja alcançar.

1.2.1 Geral

A intenção deste trabalho é esclarecer aos micro e pequenos empresários e aos usuários da contabilidade, a importância de manter uma escrituração contábil regular nas suas empresas, não somente para atender à legislação (fisco), mas como um instrumento indispensável à gestão da entidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Pontuar os benefícios e vantagens da escrituração contábil;
- Descrever a importância da escrituração contábil na gestão empresarial;
- Discorrer sobre as demonstrações obrigatórias;

1.3 JUSTIFICATIVA

Apesar de ir contra o que dispõe a legislação comercial e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que preveem o registro completo da contabilidade em todos os tipos de entidades, ainda é comum encontrar empresas optantes pelo Simples Nacional que nunca elaboraram um BP ou uma DRE.

As MPEs são as que menos utilizam a informação contábil, visto que os empresários acham desnecessários ou desconhecem os benefícios gerados por esta ferramenta ou, ainda, não acreditam numa relação custo x benefício positiva. Portanto, o propósito deste trabalho é fazer com que o gestor entenda os diversos tipos de vantagens propiciadas pela escrituração contábil, principalmente as econômicas.

Assim, através do uso da informação, as organizações tornam-se capazes de enfrentar as dificuldades. Todavia que tratar da escrituração contábil é algo muito importante e necessário, principalmente por levar ao conhecimento dos usuários a relevância desta, como instrumento de gestão, ainda mais quando se trata das MPEs pela magnitude que estas tem na economia brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como característica o aprofundamento nos principais assuntos pertinentes a esse estudo, proporcionando o embasamento teórico.

A princípio, de modo mais abrangente, procura-se mostrar a evolução da contabilidade, partindo da sua origem até os tempos atuais. E, posteriormente, demonstra-se o tema principal, destacando a importância da escrituração contábil como ferramenta de gestão, os aspectos legais, benefícios, limitações e demonstrações obrigatórias.

2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Para Sá (1997), a contabilidade é um dos mais importantes ramos do saber humano, sendo grande a necessidade de desenvolver o conhecimento da história da contabilidade, pois somente através deste é possível conhecer o progresso desta disciplina, bem como ter bases para melhor preparar o futuro.

A importância de contabilizar existe desde os povos mais antigos, o homem como ser ambicioso queria ver sua riqueza aumentando, por isso sentia a necessidade de contar e avaliar os seus bens. Há indícios de que a contabilidade seja tão antiga quanto a própria civilização humana.

Há na bíblia, especificamente no livro de Jó, cap. 1, v. 3, a descrição do patrimônio de um homem chamado Jó que “possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, e quinhentas jumentas; era também mui numeroso o pessoal ao seu serviço, de maneira que este homem era o maior de todos os do Oriente”.

Ávila (2006) destaca que a contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos da humanidade, e surgiu em função da necessidade do ser humano de controlar suas posses e riquezas. É tão antiga quanto a própria humanidade. Os povos mais primitivos mesmo que empiricamente já se utilizavam de conhecimentos contábeis básicos.

A informação contábil era de uso exclusivo do seu proprietário, assim, de acordo com Iudícibus (2009), o homem fez a contabilidade e tornou-se seu próprio usuário. No decorrer do tempo com os avanços das atividades comerciais, surgiu a necessidade de acompanhar as variações dos bens e das mercadorias a cada transação, em outro momento surgiram os usuários externos na figura de credor e também o estado e a sociedade passar a exigir maior controle e mais informações dos registros.

Com o objetivo de ter cada vez mais informação, o homem vai criando um corpo doutrinário que vai evoluindo e aperfeiçoando-se com o tempo e as mudanças ambientais. Com isso surgem alguns princípios que precisam ser seguidos, para que se produzam informações coerentes e atendam ao objetivo de bem informar.

Ainda que a contabilidade tenha surgido com o início da civilização humana, observa-se um desenvolvimento lento ao longo dos séculos. A própria história tem mostrado que sua evolução acompanhou de perto o desenvolvimento econômico, sociocultural e sociopolítico experimentados em cada época. À medida que as atividades econômicas foram ficando mais complexas, o homem percebeu a necessidade de aperfeiçoar o seu instrumento de avaliação patrimonial.

O marco básico da evolução da contabilidade foi a consolidação do método das partidas dobradas pelo frei italiano Luca Pacioli, em uma de suas obras, o qual expressava causa e efeito do fenômeno patrimonial com os termos débito e crédito. Essa obra pode ser vista como o início do pensamento científico na contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2009).

Depois de Pacioli surgiram muitos outros autores que refletiam a época ao mesmo tempo em que contribuíam com a evolução da ciência contábil.

Assim, a contabilidade durante seu longo processo de evolução teve um papel importante e contribuiu significativamente para o controle das riquezas das entidades, e se tornou uma ferramenta importante no desenvolvimento das empresas por todo o mundo, devido a sua grande importância como instrumento de informação, indispensável para tomada de decisão.

2.2 CONTABILIDADE NO BRASIL

É difícil obter um estudo aprofundado sobre a História da contabilidade no Brasil, pois existem poucos trabalhos publicados, os quais normalmente tratam das influências recebidas pelas escolas e doutrinas. Portanto, é complicado saber como eram as rotinas dos profissionais contábeis e, também, quais eram as obrigações impostas às empresas naquela época.

O Brasil sofreu muito como colônia de Portugal, não possuía estrutura econômica para que se desenvolvesse porque o comércio era todo em prioridade dos portugueses, o objetivo era explorar os setores que eram rentáveis para eles que eram mineração e agricultura. Com o advento da família real em 1808 houve a necessidade de mudanças na economia para proporcionar o mínimo de bem estar aqueles que aqui chegavam.

Portanto, o fato que impulsionou a contabilidade aqui no Brasil foi a vinda da família real para o país, Peleias e Bacci (2004, p. 41) argumentam que os “resultados obtidos de pesquisas indicam que os primeiros grandes movimentos para a contabilidade no Brasil ocorreram, no início do século XIX, com a chegada da família real”.

Deste modo, o Brasil continuou por algumas décadas a se desenvolver lentamente, em razão da capacidade de aumentar exportações visto que não existiam indústrias instaladas. (FURTADO, 2007). Com isso Dom João XI tentou articular a abertura de indústrias na colônia, mas fracassou, pois segundo o autor o mercado consumidor era pouco desenvolvido.

As grandes transformações na contabilidade brasileira ocorreram de fato com a criação de uma nova legislação. Schmidt (2000, p. 205) corrobora que “analisando a evolução contábil do Brasil, percebe-se que este, desde o início, fica patente à interferência da legislação, que sempre acompanhou a contabilidade nacional em seus meandros”.

Sá (2008) considera a criação do código comercial de 1850 um grande marco para a contabilidade e também para os contabilistas do país por ampliar o seu mercado de trabalho, segundo o mesmo, o código determinava a elaboração do livro diário, seguindo a ordem uniforme da contabilidade exigindo o registro de todos os fatos ocorridos.

Ainda segundo o autor (2008, p. 71) “o Código Comercial Brasileiro de 1850, apresentou linhas gerais importantes para a escrita contábil, e que foram, bem ou mal, sempre ampliadas, no tempo, culminando na lei das sociedades por ações”.

Assim sendo, “pode-se dizer, sem medo de errar, que nossa legislação contábil, no que se refere às demonstrações contábeis [...] é uma das mais aperfeiçoadas do mundo”. (IUDICÍBUS, 2009, p. 22). Portanto, a legislação brasileira é muito aprimorada, principalmente, para as demonstrações que devem ser publicadas anualmente pelas sociedades anônimas.

2.3 A CONTABILIDADE NO CENÁRIO ATUAL

Ao longo do tempo a contabilidade foi se utilizando de ferramentas mais modernas, primeiro com a invenção do papiro pelos egípcios e, depois com o surgimento dos registros manuscritos, que posteriormente foram substituídos pela mecanografia e, atualmente, pela informática.

Para Robinns (2002) as mudanças sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade, mas nunca aconteceram tão rapidamente e com tanta intensidade como na

atualidade. As organizações precisam estar em constante transformação, sob pena de perderem seu lugar no mercado.

Por sua vez, Oliveira (2003) informa que a escrituração era feita de forma manual no livro diário, razão, caixa e outros, esse procedimento deixou de ser praticado com a chegada das máquinas oriundas dos Estados Unidos, tendo em vista que existia uma grande dificuldade de se manter as escritas atualizadas, devido ao grande volume de informações.

O processo eletrônico ou computadorizado com a evolução tecnológica tornou-se uma das melhores maneiras de se processar as informações geradas pelas operações financeiras e econômicas de uma empresa, a velocidade do sistema eletrônico reduz o tempo de contabilização independente da quantidade de lançamentos. (MARION, 2009).

Igualmente, as grandes mudanças no mundo contemporâneo têm alterado a maneira como as pessoas e as organizações se desenvolvem, e a contabilidade como ciência não poderia ficar de fora desse processo de globalização. A Tecnologia da Informação (TI) está causando uma grande revolução no processo de gestão empresarial.

Com essas mudanças, a contabilidade resgata seu verdadeiro papel, que é o de prover seus usuários com informações. Da mesma forma que essa nova realidade valoriza muito o profissional contábil, exige que os mesmos se atualizem constantemente, pois o ritmo das mudanças é veloz.

Os avanços tecnológicos, aliados à capacidade de difusão de novas técnicas produtivas surgem a todo instante em qualquer lugar, por isso, a utilização de vantagens competitivas e ferramentas estratégicas de gestão, suplantam administrações que se detêm a conceitos ultrapassados.

Dentro dessas novas tendências, além da convergência para as normas internacionais no processo de harmonização, também surge o SPED, que veio modernizar a forma como as obrigações são transmitidas ao governo.

Conseqüentemente, o aumento dos gastos públicos fez surgir a necessidade do aumento da arrecadação dos tributos, tornando-se necessário a utilização de um sistema de averiguação aprimorado, tendo em vista que na maioria das vezes a tributação é oferecida ao fisco pelo próprio contribuinte. Ficando o ente público responsável apenas pela fiscalização.

O projeto SPED altera a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos, cuja autoria,

integridade e validade jurídica e reconhecida pelo uso da certificação digital. (AZEVEDO; MARIANO, 2011, p. 51)

Mais do que uma alteração na forma de cumprimento das obrigações, há uma modificação na cultura presente em nossa sociedade: a substituição da utilização do papel por livros digitais. Com isso, não será mais necessário armazenar uma grande quantidade de papel nem imprimi-los, visto que as obrigações fiscais passaram a ser digitais.

A mudança fez-se necessário devido à utilização do papel ter chegado a um ponto que dificultaria tanto o contribuinte em cumprir suas obrigações, quanto o estado em fiscalizar, em virtude da redundância de informações, enorme quantidade de papel armazenada e o tempo perdido.

Conforme Azevedo e Mariano (2011), tratando-se em modernizar os métodos de fiscalização, o projeto SPED foi idealizado com os objetivos de promover a atuação integrada dos fiscos, ou seja, com sua implantação cada esfera do governo poderá consultar uma única fonte de informação dentro de um leiaute que permite o cruzamento de dados; uniformizar as obrigações assessorias, portanto não será uma diminuição das informações entregues, mas a diminuição na quantidade das declarações; e, por fim, tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, à medida que essas informações chegam ao banco de dados permite o cruzamento de informações entre vários contribuintes.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita. A distribuição de lucros se refere ao lucro apurado no ano-calendário da Escrituração Contábil Digital (ECD). Se houver uma distribuição de lucros maior que a percentual presunção menos tributos em um trimestre do ano-calendário, a ECD será obrigatória para todos os demais períodos de apuração desse ano-calendário. Ademais, os impostos e contribuições considerados no cálculo são o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). (Portal SPED, 2014).

Neste contexto, o SPED é uma realidade que as organizações enfrentam, visto que representa uma mudança na cultura organizacional tradicional, que não somente tratará da

área fiscal da empresa, mas também da organização das informações, contribuindo para que tenham mais rapidez e qualidade.

Para isso, as organizações precisam ter uma preocupação maior diante das informações prestadas ao fisco, pois a fiscalização além de ser rápida é efetiva, por se tratar de arquivos eletrônicos que podem ser cruzados com informações prestadas nas diferentes esferas governamentais.

O atual momento é desafiador para o profissional contábil, portanto, aquele que não procurar se adequar a essa nova realidade, irá enfrentar muitas dificuldades ao se manter no mercado. Diante disto, é visível a necessidade de um profissional com capacidade de análise, síntese, que esteja atento à legislação e principalmente aos conhecimentos de TI.

Quanto à harmonização das normas internacionais no cotidiano das empresas, o principal norte da situação financeira é a contabilidade, pois é através desta que as empresas podem fornecer suas informações aos diversos tipos de usuários, com maior transparência. Contudo, ainda existe uma grande dificuldade em transmitir essas informações mundialmente, e foi pensando nisso que planejou-se a elaboração de um conjunto de normas obrigatórias em consonância com as internacionais.

Cada país possui suas próprias regras, leis e normas concernentes as demonstrações contábeis, o que permite concluir que a forma de escrituração é diferente de uma nação para outra, em função das suas razões e particularidades.

Com a globalização, onde a concorrência não é necessariamente a loja ao lado, mas uma empresa que pode ser estabelecida em qualquer parte do mundo, fez-se necessário a elaboração de demonstrações contábeis que fossem compreensíveis por todos, dando início ao processo de harmonização.

Para Niyama (2007, p. 40), “a busca de uma harmonização contábil internacional tem envolvido iniciativas de diversos organismos em nível mundial, bem como esforços profissionais de algumas entidades de classe, de âmbito regional”.

Vários órgãos preocupam-se com as divergências das informações contábeis no mundo todo, e tentam fazer com que estas sejam compreendidas entre elas. As principais organizações empenhadas nesse processo são: o International Accounting Standard Board (IASB) e também o Financial Accounting Standards Board (FASB).

Niyama (2010) afirma que ainda existem muitas dificuldades no processo de harmonização contábil internacional. Em países fortemente legalistas, a dificuldade para legalização é maior, pois alguns países emergentes e, também, em países desenvolvidos a

contabilidade está fortemente atrelada à tributação, onde as normas ditam critérios de avaliação, apropriação e classificação contábeis.

Os principais benefícios trazidos por esse processo de harmonização, é a transparência nas demonstrações contábeis, aproximando a contabilidade da realidade, contribuindo, assim, para a qualidade dos seus relatórios que serão enviados para os usuários.

2.4 IMPORTÂNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CONTEXTO NACIONAL

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em um estudo recentemente publicado, o Brasil tem aproximadamente seis milhões de MPEs. Diante disso, o é considerado um dos países mais empreendedores do mundo, visto que esse valor corresponde a cerca de 97% de todas as empresas existentes no país.

Estas movimentam a economia do país, tendo em vista empregam aproximadamente 52% dos trabalhadores do país e geram 20% do PIB brasileiro, de acordo com os dados do SEBRAE, sendo, ainda, o principal mercado que absorve a demanda dos formandos em Administração de empresas.

Esse estudo também afirma que 27% de todas as empresas criadas no Brasil acabam fechando as portas em menos de um ano de vida. Isso está atrelado à falta de planejamento e gestão das ações a serem executadas.

O sucesso de uma entidade, independente de seu porte, está condicionado à capacidade de atender as necessidades dos clientes, usuários de produtos ou serviços e, conseqüentemente, gerar resultados.

Planejamento e execução devem ser um processo ininterrupto dentro da organização, possibilitando a definição do que vai ser feito, como vai ser feito, qual a finalidade, quem vai fazer, o prazo, quanto vai custar e assim por diante.

Dentro dessas perspectivas, além de preparar os gestores para execução dos processos, é importante que se tenha um elenco de informações que possibilitem o controle dos resultados obtidos e, se necessários, a correção dos números. Em suma, as empresas não detêm dessas informações e, por este motivo as MEs e EPPs acabam enfrentando sérios problemas de sobrevivência no mercado.

A contabilidade fornece as informações necessárias para o controle, servindo de suporte para o planejamento, tornando, assim, o principal instrumento de apoio à gestão. Portanto, esta ciência contribui de forma significativa para o sucesso do negócio, ao fornecer

as informações econômicas, sociais e financeiras para que seus usuários possam tomar decisões com mais segurança.

Ao tratar de informações econômicas, refere-se ao processo produtivo e operacional, ou seja, remete-se ao custo e as receitas atreladas a determinado produto que a empresa comercializa. Por outro lado, quando se fala em setor financeiro, alude à liquidez, ao caixa, isto é, refere-se à administração do caixa da empresa, como é o caso de gerir o capital de giro, gerenciar fornecedores quanto ao prazo de pagamento e o tempo que se espera receber as vendas a prazo. Tanto um quanto o outro influencia diretamente os aspectos sociais do mundo.

2.5 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Nos primórdios, o objetivo da contabilidade era informar ao proprietário o resultado (positivo ou negativo) de um determinado negócio, num determinado período. No cenário econômico moderno, Crepaldi (1998) aponta que somente esses dados não são suficientes, pois há vários outros usuários interessados em informações contábeis de características distintas.

De acordo com a visão predominante, o objetivo da contabilidade seria gerar informações para tomada de decisões racionais, servindo tanto para os usuários internos quanto para os externos. Os usuários internos seriam os proprietários, gerentes e administradores e os externos seriam fornecedores, clientes, instituições de crédito, sindicatos, governos e etc. cada um com uma necessidade informacional diferente.

A informação contábil é utilizada por uma vasta gama de usuários, com as mais diversas finalidades, os credores querem conhecer a capacidade de pagamento, o governo utiliza para dados estatísticos no sentido de melhorar a economia, clientes verificam se a empresa tem condições de atender aos seus pedidos, os bancos empregam para a concessão de empréstimos e, para isso, os gestores precisam de informações confiáveis para apoiá-los no processo decisório.

A contabilidade pode ser entendida como a linguagem empresarial, por ser tratada como instrumento de informação de apoio a gestão, considerando as necessidades dos usuários que buscam por informações da situação econômico-financeiras das entidades, através das demonstrações, a fim de avaliar os riscos de um futuro investimento e auxiliar na tomada de decisão.

Em suma, o objetivo principal da contabilidade é prover seus usuários de informações, cuja principal finalidade reside em ser um instrumento útil para tomada de decisões.

Assim, a contabilidade é a ciência que tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio da entidade, através dela são fornecidas as informações úteis para a tomada de decisão. Deste modo, abrange um conjunto de técnicas para controlar o patrimônio das entidades, mediante a utilização dos princípios, normas e procedimentos próprios, medindo, interpretando e informando os fatos ao proprietário da empresa.

Para Fabretti, (1997) contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade.

Já Iudícibus (2009, p. 33) comenta que “o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Dentre outras funções, a contabilidade é o instrumento gerencial para tomada de decisão, na emissão de informações claras e objetivas para o administrador, pois sem os relatórios precisos e atualizados não há possibilidade de um planejamento coerente.

A função de fornecer elementos para a correta gestão do negócio, é sem dúvida fundamental, permitindo, assim, tomada de decisões eficazes. (FABRETTI, 1997).

2.6 RELAÇÃO CUSTO X BENEFÍCIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Assim como qualquer bem, a informação contábil possui um custo e este tem que ser comparado aos benefícios gerados. Todavia é muito difícil mensurá-los, e essa relação custo x benefício de um sistema de informação, sempre fica na mente do empresário na hora de contratar os serviços contábeis.

O melhor a ser feito é confiar no bom senso, na experiência e nos casos de sucesso de grandes empresas e, ainda, tentar estabelecer um relacionamento com essas para conhecer o seu grau de complexidade e originalidade dos seus sistemas de informações.

Logo, os administradores podem lidar de maneiras diferentes com um mesmo sistema de informação. É possível que um gestor consiga utilizar com mais eficiência que outro, de tal

modo que alguns tomadores de decisão sabem extrair informações de um sistema simples, enquanto outros não tomam conhecimento de um sistema mais complexo.

Para Iudícibus (2009), uma das formas de avaliar o custo x benefício das informações é analisar algumas características ou qualidades que devem possuir as demonstrações contábeis, quais sejam:

- a) Compreensibilidade: a informação precisa ser compreensível, retratar todos os aspectos contábeis, todas as operações da entidade.
- b) Relevância: para que seja útil a informação ela precisa ser relevante para a necessidade da tomada de decisão, segundo trabalho do IASC intitulado *framework for the preparation and presentation of financial statements*, essa é a característica mais importante da informação contábil.
- c) Confiabilidade: para que seja útil a informação precisa ser confiável, uma informação é confiável quando não possuem erros, é confiável quando representa fielmente à situação patrimonial da empresa e está diretamente ligada a ética profissional.
- d) Comparabilidade: as demonstrações elas precisam ser comparáveis através dos anos para que se possa identificar a evolução da situação patrimonial, financeira e seu desempenho.

Por outro lado, há variáveis que podem diminuir a qualidade da informação contábil, como por exemplo, sua tempestividade, de nada adianta ser fidedigna se não chegar em tempo oportuno para a tomada de decisão.

Os empresários precisam entender os benefícios gerados pela evidenciação que irão superar os seus respectivos custos. Por isto, o principal benefício é a melhora da reputação da empresa com uma avaliação mais transparente do seu patrimônio.

2.7 DEFINIÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

No Brasil, são muitos os critérios para classificação dos portes das empresas, levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos ou a junção de ambos. Os critérios quantitativos são mais objetivos e fáceis de serem identificados, referem-se ao faturamento anual, quantidade de empregados, entre outros. Já os qualitativos têm uma identificação mais complexa como a participação e domínio de mercado e relatórios de gestão.

Conforme o que dispõe o art. 966 da Lei 10.406/02, do Código Civil Brasileiro:

Consideram-se microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresaria, a sociedade simples e o empresário inscrito no registro de empresas mercantis ou no registro civil de pessoas jurídicas e que se enquadrem dentro dos limites de receita bruta previstos na legislação.

O § 1º do art. 3 da Lei Complementar nº 123/06, define a receita bruta como “o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço do serviço prestado e o resultado nas operações de conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

Posteriormente, a lei supracitada veio ser alterada pela Lei Complementar nº 139/11, que determina:

- I - No caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - No caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seis centos mil reais)

Todas as empresas optantes pelo Simples Nacional são, obrigatoriamente, ME e EPP, mas nem toda ME e EPP podem optar por este regime tributário, em razão de desenvolverem atividades que são impeditivas a esse sistema.

2.8 OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Segundo Marion (2009), a escrituração contábil regular, além de grande importância para as empresas, atualmente é obrigatória. Há uma grande deficiência no processo de escrituração contábil dentro das micro e pequenas empresas, embora a maioria delas opte pelo Simples Nacional, pois é um processo menos complexo e acarreta restrição de gastos.

De acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) (2000), aprovada pela resolução CFC nº 1330/11 determina que a escrituração deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza ou porte, observadas as exigências da legislação ou de outras normas aplicáveis, se houver.

A legislação federal também prevê a escrituração contábil como obrigatória, conforme o disposto no inciso 1º do artigo 10 do Código Comercial Brasileiro: “todos os comerciantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros

para esse fim necessários”. Assim, a legislação comercial obriga que as empresas mantenham escrituração contábil.

O Código Civil Brasileiro, em seu art. 1.179 da Lei nº 10.406/02, também trata da obrigatoriedade da escrituração contábil:

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico [...].

Nestes termos, o Código Tributário Nacional, através da Lei nº 5.172/66, no art. 195, considera que:

Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Embora as leis anteriormente citadas obriguem a escrituração contábil, a Lei Complementar 123/06, conhecida como a Lei do Simples Nacional em seu art. 26 faculta as MPEs a adotarem a escrituração contábil completa, facultando apenas a elaboração do livro caixa com movimentação financeira e bancária. Porém, as empresas devem manter em boa ordem a manutenção e guarda dos documentos que sirvam de base para escrituração, enquanto não prescrever o prazo para fiscalização.

Contudo, o art. 27 da mesma Lei, reforça que as MPEs optantes do Simples Nacional podem adotar a contabilidade completa para registrar e controlar as operações realizadas.

Constata-se que a Lei do Simples Nacional impõe como obrigação mínima a elaboração do fluxo de caixa, com todas as movimentações e também que façam a guarda de todos os documentos, porém não impede que seja feita a escrituração contábil completa, que inclusive é sugerida no artigo posterior.

Destarte, as MEs e EPPs, mesmo as que não são optantes pelo regime tributário Simples Nacional, poderão adotar a escrituração contábil completa. Todavia, essa permissão legal de adotar a escrituração contábil simplificada não tira a obrigação da ME e da EPP de

manter a escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que possam vir a provocar alguma alteração no patrimônio.

Assim sendo, essa legislação provoca naturalmente um grande desinteresse pela formalização de um sistema contábil eficiente e capaz de proporcionar ao gestor da empresa informações valiosas para o gerenciamento das atividades.

Esse benefício fiscal que desobriga as MPEs, a manterem escrituração contábil, visando diminuir a burocracia e reduzir gastos, confunde-se com o controle interno necessário para maximizar o lucro. Essas entidades entendem que não precisam prestar contas ao fisco de forma específica.

Outro problema é a falta de conhecimento gerencial, visto que os administradores ou gestores desconhecem o uso das técnicas e ferramentas capazes de auxiliá-lo na administração e facilitar a tomada de decisão.

A ideia que os micro e pequenos empresários têm é de que sua empresa está imune a qualquer obrigação fiscal, fazendo com que o papel do contador diminua drasticamente.

A Lei nº 8.541/92, denominada Lei do Lucro Presumido, exige no mínimo o livro caixa, livro de registro de inventário, guarda dos livros de escrituração exigidos por legislação específica para cada empresa.

Da mesma maneira que a Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76, também reitera sobre a obrigatoriedade da escrituração contábil imposta pelas leis comerciais do país, seguindo os princípios contábeis geralmente aceitos.

Silva (2002) afirma que toda empresa deve manter a escrituração contábil completa, independentemente do seu porte ou natureza jurídica.

Para as MPEs, que optam pela escrituração contábil, não somente por estarem obrigadas, há muitas vantagens para o gestor, tais como: maior controle financeiro e econômico, comprovação em juízo de fatos que dependem de perícia contábil, distribuição de lucros como alternativa de diminuir a carga tributária, acesso as linhas de crédito, que geralmente exigem o BP e a DRE, entre outras.

Portanto, ante a obviedade das vantagens acima listadas, a contabilidade é uma ferramenta imprescindível à gestão de qualquer entidade, cabendo ao administrador, sócios ou representantes implementarem a escrituração através de contabilista devidamente habilitado.

2.9 LIMITAÇÕES DO MÉTODO CONTÁBIL

Antes de tudo, vale ressaltar que a contabilidade não é e nem deve ser considerada o fim em si mesma. As informações contábeis só serão úteis se atenderem as necessidades dos seus usuários e não somente as do contador. Além disso, a contabilidade normalmente só registra eventos mensuráveis monetariamente, quando sabe-se que no processo de tomada de decisão alguns elementos não quantitativos são levados em conta, isso ocorre porque a contabilidade é um método genuinamente quantitativo. Ainda existem muitas discussões entre os profissionais contábeis no que se refere aos princípios e também aos métodos de avaliação.

Iudícibus (2010) aponta que a contabilidade é um modelo e os modelos são as simplificações da realidade, essa é a sua maior limitação.

Essas limitações podem fazer com que os relatórios contábeis não expressem de fato a verdadeira realidade econômica da empresa, de modo que a contabilidade frequentemente fornece um retrato desfocado de uma paisagem empresarial. Entretanto, esta ciência continua sendo insubstituível, ou seja, continua sendo o melhor instrumento para auxiliar a tomada de decisão. Por isso, é importante que o gestor conheça o grau das limitações das demonstrações contábeis para que este não venha a se iludir e, conseqüentemente, iludir a terceiros.

2.10 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A ciência contábil evoluiu bastante tanto no âmbito da legislação, quanto em aspectos tecnológicos. Antigamente todos os registros eram feitos a mão, o que tornava esses procedimentos bastantes demorados. Atualmente, com a chegada da internet e programas especializados vem agilizando o processo desses registros.

Todos os autores tem uma definição clara sobre o conceito de escrituração contábil, basicamente não havendo diferença de um para o outro. Embora sempre tenha algum que coloque uma característica a mais, Moura (2002, p. 76) define que “é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, de todos os fatos administrativos resultantes da gestão do patrimônio da entidade”.

Ainda segundo o autor, fatos administrativos são todos os fatos que alteram o patrimônio, portanto objeto de escrituração.

A escrituração contábil é uma técnica de registro dos atos e fatos contábeis pelo profissional da contabilidade em livros próprios e adequados ao registro de tais operações,

obedecendo aos princípios e as normas contábeis vigentes, tornando suscetíveis de punição a quem os deixe de aplicar.

Pode-se entender a escrituração contábil como o registro de todos os fatos contábeis de uma determinada empresa dentro de um período, para que ao final deste, as informações registradas possam ser úteis ou necessárias ao fisco, aos diretores e para uma melhor tomada de decisão.

De modo mais amplo, pode-se definir que o método de registro dos atos e fatos econômicos, administrativos e financeiros da entidade, é de grande importância para o crescimento e para o desenvolvimento econômico da entidade, pois mostra com clareza e riqueza de detalhes toda movimentação dos bens, gastos e o lucro apurado ao final de cada período que, normalmente e no máximo de um ano.

É perceptível a importância da escrituração no controle fiscal e financeiro da entidade. É a mais importante das técnicas contábeis, pois só a partir dela pode-se desenvolver as demais técnicas de demonstrações, análises e auditorias, para se ter uma empresa bem organizada e um bom planejamento, inicia-se pela escrituração, pois é através dela que o empresário terá visão geral do seu investimento.

Escriturar nada mais é do que registrar, e esses registros são feitos em livros próprios, de forma manual ou eletrônica. Há vários tipos de livros que podem ser elaborados para atender a legislação em vigor, por exemplo, o livro registro de empregados, o livro de registro de entradas e saídas, livro de apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), livro de registro de ocorrências. Porém, os livros contábeis mais importantes são: o diário, o razão e o caixa.

2.11 LIVROS CONTÁBEIS

2.11.1 Livro Diário

O Livro Diário constitui o registro básico de toda a escrituração contábil e, por isso mesmo, a sua utilização é indispensável.

Conforme o que dispõe o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), Livro Diário é um livro de escrituração, obrigatório, onde são feitos os registros dos atos e fatos que ocorrem dentro de uma empresa, deve ser registrado em idioma pátrio, em ordem cronológica de dia, mês e ano, e não devem conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas. Deverá conter,

respectivamente, na primeira e última página, termos de abertura e de encerramento, e ser registrado e autenticado pelas Juntas Comerciais ou registrado em cartório, conforme o caso.

Admite-se a autenticação do Livro Diário em data posterior ao movimento das operações nele lançadas, desde que o registro e a autenticação tenham sido promovidos até a data da entrega tempestiva da declaração, correspondente ao respectivo período (IN SRF 16/84).

Assim, o registro do livro diário no órgão competente é obrigação da entidade, mas o contador responsável deve informar formalmente essas exigências ao empresário. Caso a escrituração contábil seja no formato digital não há necessidade de impressão e encadernação sob a forma de livro, mas o arquivo magnético autenticado pelo registro público competente deve ser mantido pela entidade.

O Livro Diário é considerado o livro obrigatório mais antigo desde o Código Comercial, através da Lei nº 556 de 1850, em seu art.11. O Código designa o Diário como o “livro que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente [...]”. (FABRETTI, 2009, p. 42)

2.11.2 Livro razão

Livro Razão é utilizado para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação. A escrituração deverá ser individualizada, obedecendo-se a ordem cronológica das operações. (RIR/99, art. 259, que incorporou as Leis nº 8.218/91, art. 14, e nº 8.383/91, art. 62).

Ainda de acordo com o Regulamento, o Livro Razão ou as respectivas fichas estão dispensados de registro ou autenticação em qualquer órgão. Entretanto, na escrituração deverão ser obedecidas as regras da legislação comercial e fiscal aplicáveis aos lançamentos em geral.

Para Fabretti (2009) se tratando do gerenciamento da contabilidade, o Razão é o livro principal, pois possibilita a verificação imediata da posição de cada elemento do patrimônio e de suas variações. Ou seja, é utilizado para resumir e totalizar, por conta e subconta, os lançamentos feitos no Livro Diário.

2.12 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS ME E EPP

A contabilidade surgiu em um ambiente totalmente prático em virtude da necessidade da informação sobre o resultado de um período por parte dos gestores. Para se ter ideia da sua importância, basta imaginar como seria o mundo sem contabilidade. Sem dúvidas haveria muitas dificuldades, pois não haveria controle de recursos nem nas entidades privadas nem públicas e, assim, seria impossível a avaliação dos resultados nessas instituições.

A informação contábil é extremamente importante para qualquer empresa, independente do seu porte, uma entidade que não faz escrituração, não possui memória, nem identidade, e nem possui condições para sobreviver nem planejar seu futuro. Deste modo, as informações dadas pela contabilidade são úteis para que o gestor possa traçar os rumos da empresa.

A falta da escrituração contábil dentro de uma entidade, principalmente nas MPES acarretam muitas desvantagens que põem em risco a sobrevivência dos negócios. Há tempos, a contabilidade deixou de ser um instrumento para atender somente ao fisco. Atualmente, é um poderoso instrumento de gestão.

Sua ausência também é uma das causas que mais prejudicam as pesquisas de avaliação econômica, o que distorce bastante as estatísticas. O desconhecimento da realidade econômica gera políticas públicas totalmente diferentes das necessidades reais dessas empresas. Entre outros aspectos, a escrituração é importante para se analisar as causas que levam um grande número de empresas a fecharem suas portas.

Ainda há muitas empresas que tomam decisões baseadas na intuição do administrador, dispensando ou subutilizando a informação contábil, ou pelo desconhecimento do real objeto da contabilidade, ou pelo uso inadequado somente para atender as exigências fiscais.

Nos dias atuais, o empresário, seja ele grande ou pequeno tem que procurar as informações que sejam úteis, tendo em vista que a grande importância da contabilidade reside no fato de proporcionar saúde financeira a empresa, o equilíbrio entre as receitas e as despesas para que possa remunerar os sócios e cumprir as obrigações perante os clientes, governo e funcionários.

Camargo (2003, p. 53) defende a necessidade da manutenção da escrituração por pequeno empresário, considerando numa demonstração clara de falha de conhecimento das finalidades da contabilidade por aqueles que preconizam a dispensa das micro e pequenas empresas da escrituração contábil. E, ainda, cita: “a contabilidade é a história, a memória, o arquivo da entidade. Logo não deve e não pode ser eliminada”.

A importância da informação contábil para a gestão das entidades, é consensual entre todos os estudiosos da ciência contábil, seja na pequena ou na grande empresa, sem fins lucrativos ou com fins lucrativos, independente de sua forma jurídica ou com fins lucrativos, independente de sua forma jurídica.

Contar com serviços contábeis confiáveis facilita a tomada de decisão sobre investimentos, contratação de pessoas, desenvolvimento de novos produtos, e outras ações que colocam em jogo a sobrevivência do negócio. Manter a contabilidade em dia pode evitar contratempos fiscais, evitando sofrer penalidades no futuro.

O Portal da Contabilidade lista as seguintes vantagens de uma entidade manter escrituração contábil:

- Oferece maior controle financeiro e econômico à entidade;
- Comprova em juízo fatos cujas provas dependam de perícia contábil;
- Contestação de reclamações trabalhistas quando as provas a serem apresentadas dependam de perícia contábil;
- Imprescindível no requerimento de recuperação judicial (Lei 11.101/2005);
- Evita que sejam consideradas fraudulentas as próprias falências, sujeitando os sócios ou titulares as penalidades da Lei que rege a matéria;
- Base de apuração de lucro tributável e possibilidade de compensação de prejuízos fiscais acumulados;
- Facilita acesso às linhas de crédito;
- Distribuição de lucros como alternativa de diminuição de carga tributária;
- Prova a sócios que se retiram da sociedade a verdadeira situação patrimonial, para fins de apuração de haveres ou venda de participação;
- Prova, em juízo, a situação patrimonial na hipótese de questões que possam existir entre herdeiros e sucessores de sócio falecido;
- Para o administrador, supre exigência do Novo Código Civil Brasileiro quanto à prestação de contas (art. 1.020).

Se a empresa enfrentar dificuldades financeiras, terá o direito de pedir recuperação financeira ou judicial, e a apresentação da escrituração contábil é o principal requisito para obtenção desse benefício. A apresentação em juízo das demonstrações contábeis com a relação de todos os credores, no caso de falência para comprovar que não é fraudulenta, a empresa também precisa apresentar as demonstrações contábeis especialmente elaboradas.

O Código Civil determina que nos casos de litígios entre empresários, a escrituração contábil feita de acordo com as normas e as leis que a regem prova em favor do seu autor.

O Regulamento da Previdência Social prevê que pode haver fiscalização no intuito de examinar se a escrituração contábil registra de fato o movimento de remuneração de todos os segurados a seu serviço.

O Código Tributário Nacional evidencia a importância da escrituração contábil quando afirma que os empresários devem manter os seus livros de escrituração até que ocorra a prescrição dos mesmos.

A legislação fiscal isenta do imposto de renda a distribuição de lucros aos sócios desde que seja comprovada através da escrituração contábil. Ganha-se pela economia tributária, pois o valor distribuído não terá Imposto de Renda na Fonte (alíquota atual de até 27,5%).

A manutenção da escrituração contábil dentro das normas da legislação prova em favor da empresa.

O empresário necessita de informações para a tomada de decisões e a escrituração contábil é que oferece dados para atender essa necessidade, como também para ter acesso às linhas de crédito, tanto da aquisição de empréstimo como capital de giro, ou para repor estoque, além da obtenção de financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos, automóveis. A decisão de investir, de reduzir custos, de modificar uma linha de produtos, ou de praticar outros atos gerenciais devem se basear nas informações extraídas das demonstrações contábeis, do contrário essas empresas correm o risco de fechar suas portas.

Diante de todas essas vantagens que foram listadas, observa-se que a contabilidade não é um luxo, mas sim uma necessidade dos gestores e empresários que almejem crescer e prosperar.

O micro empresário precisa pensar e agir com objetivos bem definidos, buscando sempre o seu crescimento e se possível tornar-se uma empresa de grande porte. Desta forma, todos saem ganhando, inclusive a sociedade, do contrário a ME será mais uma nos números de mortalidade.

2.13 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para atender às necessidades dos usuários da informação contábil, a entidade deve apresentar as demonstrações contábeis também conhecidas como demonstrações financeiras, de acordo com as normas e órgãos normativos.

Segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), através da NPC 27:

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

As informações constantes nesses demonstrativos juntamente como as informações das notas explicativas, auxiliam os usuários a estimar resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da empresa.

O conjunto completo das demonstrações contábeis são:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração do Fluxo de Caixa;
- e) Notas explicativas.

2.13.1 Balanço Patrimonial

Iudícibus (2010, p. 17) afirma que o BP “é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado, momento, dentro de certas regras”.

É uma demonstração estática, sintética e ordenada do patrimônio da empresa, refletindo à posição financeira da empresa de forma quantitativa e qualitativa em determinado momento. Neste documento, os bens, direitos, obrigações e participação dos sócios são explícitos a todos que tenham acesso a esses documentos.

O novo Código Civil também dispõe sobre o BP em seu art. 1.188, onde diz que o Balanço deve exprimir com, fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, o balanço deve ser um demonstrativo que retrate fielmente a situação patrimonial da empresa num determinado período de tempo.

Sua grande importância está na visão que ele dá sobre a aplicação dos recursos feitos pela empresa (ativos) e quanto destes recursos são devidos a terceiros (passivo) isso evidencia

o nível de endividamento e liquidez da empresa, também apresenta a proporção capital próprio, denominada Patrimônio Líquido.

Embora represente uma situação estática, informando sobre o passado e o presente, principalmente o Balanço, mas assim como as demais demonstrações contábeis possuem um poder informativo de natureza preditiva, dessa forma os usuários pode inferir sobre o futuro. (IUDÍCIBUS, 2009).

2.13.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período, é apresentada de forma dedutiva, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo). (IUDÍCIBUS, 2004)

A DRE juntamente com o BP são os principais relatórios que resumem as operações da empresa durante um determinado período de tempo, nesse demonstrativo apura-se o valor mais importante para as pessoas nele interessadas, o lucro líquido ou prejuízo.

Para Iudícibus (2009) a DRE paralela ao BP atinge a finalidade de apresentar a situação patrimonial e financeira da empresa.

A partir desses dois relatórios, qualquer usuário tem condição de obter informações, fazer análises e tirar conclusões de natureza patrimonial e financeira, basta utilizar as técnicas de análise e interpretação de balanços.

A DRE apresenta uma visão excepcional do desempenho da empresa, mas devido ao regime de competência, ela não corresponde a movimentação de caixa no período, por isso, geralmente ocorre as diferenças entre resultado e fluxo de caixa. Além disso, há grandes movimentações de caixa que não corresponde nem a receita nem a despesa, como é o caso, por exemplo, do dinheiro adquirido através de empréstimo.

Não há dúvida de que quanto mais informações, além do BP e DRE, o usuário puder dispor, mais precisas serão as análises e conclusões, afinal, informação nunca é demais.

2.13.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

A DFC é um instrumento que permite mostrar através de forma direta ou indireta as mudanças sofridas no caixa da empresa, demonstrando saídas e entradas de dinheiro.

Para Santos (2005, p. 17) a DFC “é um demonstrativo financeiro que demonstra a variação líquida do saldo de caixa ou equivalentes ao caixa num período reportado”.

Este demonstrativo evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, verificando se haverá sobra ou falta de dinheiro. Permite a administração decidir se irá captar recursos ou se deve aplicá-la e, ainda, controla ao longo do tempo as tomadas de decisões na empresa.

“Outras vantagens são as de fornecer informações sobre a situação financeira e a possibilidade de utilização da demonstração de fluxos de caixa por um número muito mais ampliado de usuários”. (AFONSO, 1999, p. 22).

De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 218):

Demonstração de fluxo de caixa demonstra a origem e aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo, sendo que o caixa engloba as contas caixa e bancos, evidenciando as entradas e saídas de valores monetários no decorrer das operações que ocorrem ao longo do tempo nas organizações.

Deste modo, conforme o disposto na Lei nº 11.638/07, a apresentação da DFC é obrigatória para companhias abertas e fechadas com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

2.13.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As DMPL tem como objetivo apresentar as alterações ocorridas em determinado exercício no patrimônio líquido da empresa. Em relação as principais alterações pode-se destacar: a destinação dos resultados do período, a integralização do capital, aumento ou diminuição das reservas da empresa. Sua elaboração é facultativa e, de acordo com o artigo 186, § 2º, da Lei das S/A, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) poderá ser incluída nesta demonstração.

2.13.5 Notas explicativas

Para que as necessidades dos usuários sejam atendidas, a evidenciação é um dos objetivos da contabilidade, por isso, as notas explicativas são informações complementares que buscam fornecer informações adicionais. Vale salientar que nem todos os usuários entendem de contabilidade profundamente, daí a necessidade de se fornecer informações

claras e objetivas para que efetivamente as notas explicativas venham dirimir as dúvidas dos interessados nessas informações.

3 METODOLOGIA

Entende-se por metodologia o estudo do método para se buscar determinado conhecimento.

Demo (1985, p. 19) afirma que “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente.”

Este trabalho foi classificado como pesquisa exploratória, que de acordo com Gil (2009) é desenvolvido no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. A caracterização como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada.

Quanto ao procedimento, para a coleta de dados adotou-se o método bibliográfico. O qual se utiliza de referenciais teóricos publicados em livros, revistas e outros documentos.

Segundo Vergara (1997, p. 43) pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Por sua vez, Lakatos (1993, p. 183) aponta que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...] sua finalidade é de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto”.

O estudo bibliográfico é um tipo de pesquisa que se busca embasamento teórico sobre o assunto abordado, baseado nas ideias de autores que publicaram seus trabalhos sobre o assunto.

No que se refere à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois conforme Richardson (1999), esse método não emprega instrumentos estatísticos com base na análise do problema, mas chega a conclusões finais através da comparação e análise dos dados estudados. Na visão do escritor esse tipo de abordagem é primordial no estudo relacionado ao desenvolvimento da contabilidade tanto no campo prático como teórico.

3.1 LIMITAÇÕES

O presente trabalho limita-se a análise da importância da escrituração como instrumento auxiliar no processo decisório e também apresentar os benefícios propiciados as entidades pela análise das demonstrações contábeis, comprovando a relevância da escrituração contábil regular nas entidades.

3.2 ORGANIZAÇÃO

Este estudo está dividido em quatro partes, sendo a primeira relacionada à introdução ao tema, o contexto e a problemática, os objetivos gerais e específicos que se pretende alcançar, a justificativa.

Na segunda parte foi desenvolvido o referencial teórico onde estão descritos os principais conceitos que norteiam este trabalho, ou seja, todo embasamento teórico do assunto pesquisado.

A terceira parte expõe a metodologia de pesquisa que foi adotada, a limitação desse estudo no que se refere a sua abrangência, e à sua organização.

E, por fim, na última parte encontra-se a conclusão a respeito da elaboração do estudo, sugestões para trabalhos posteriores e as referências que possibilitaram a realização desse estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico serão apresentadas as conclusões a respeito do estudo realizado e também algumas sugestões para quem pretende futuramente elaborar trabalhos sobre o tema discutido. Levando adiante a necessidade da escrituração contábil em qualquer empresa, independente da sua categoria ou porte.

Contudo, antes de apresentar as considerações finais da pesquisa, é preciso verificar se esta foi capaz de responder as questões propostas no que se refere a problemática e objetivos pretendidos.

Quanto aos objetivos, procurou-se discorrer sobre a importância da escrituração para as MPEs como fonte de informação para apoio na tomada de decisão e como um diferencial competitivo.

Visando atingir os objetivos, remete-se ao surgimento da ciência contábil onde constata-se sua grande importância desde o começo da civilização humana no controle dos bens e no processo de geração de riqueza.

Com relação a importância, foi constatado através do estudo bibliográfico de alguns autores da ciência contábil que, consensualmente, descrevem a relevância desta ciência como fonte de informação e apoio no processo decisório.

O novo Código Civil na parte que trata sobre a escrituração, destaca que é fundamental para qualquer entidade, independente do porte, que possua escrituração contábil para atender às suas necessidades e, também, às exigências previstas na lei.

Quanto à problemática, esta é bastante polêmica, visto que alguns profissionais optam por fazer a contabilidade simplificada, enquanto que é incoerente que a legislação do Simples Nacional não obrigue a escrituração contábil completa nessas categorias.

Não obstante, o contador diante de suas inúmeras responsabilidades, deve ter interesses voltados para o crescimento das empresas, e deve orientar seus clientes para uma completa escrituração, pois além de valorizar a sua profissão, vai proporcionar muitos benefícios a entidade. Portanto, é papel do profissional contábil informar aos seus clientes da importância da escrituração contábil, como são úteis para um bom gerenciamento.

Somente a contabilidade pode através de seus dados, gerar informações que possibilitarão ao contador e gestor acompanhar toda a evolução patrimonial, econômica, financeira, controlar estoques, custos das mercadorias, vai efetivamente melhorar a relação custo benefício, verificar no final de cada exercício o resultado apurado.

Portanto, diante de todo o aparato bibliográfico que foi consultado, fica claro que a escrituração contábil oferece informações valiosas para a tomada de decisão, as informações geradas por elas servem para a administração como subsídios tanto para o processo decisório como para planejar as ações futuras.

No cenário atual, não basta somente reduzir gastos ou cortar despesas, essas medidas adotadas isoladamente não garantem a sobrevivência da organização. Para isso, é necessário um fluxo de informações eficientes que permitam mensurar através dos índices, o desempenho da organização e o nível de satisfação dos seus clientes.

A complexidade do mundo moderno demanda mais qualidade das informações contábeis para que mantenha mais credibilidade e utilidade. Assim, o profissional contábil deve manter-se preparado, buscando constantemente a evidenciação mais fidedigna da empresa, utilizando a estrutura e o imenso potencial informativo dessa ciência.

A principal limitação desse estudo foi a falta de uma pesquisa quantitativa, com apresentação de questionário e dados estatísticos obtidos através de amostragens, isso se deve a pouca disponibilidade de tempo para realização do estudo. No entanto, o objetivo pretendido foi atingido com argumentação, embasamento teórico e legal.

4.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Com a finalidade de contribuir para futuros estudos ao tema abordado, recomenda-se que prossigam as pesquisas, afinal esse tema não esgota com este estudo, muito pelo contrário, existem ainda muitas questões a serem discutidas e refletidas pela classe contábil. Por exemplo, como a classe deve atuar para que seus clientes, como uma fatia significativa do mercado, se conscientize da importância da escrituração contábil, que não é apenas uma obrigação acessória ou apuração de impostos, mas um modelo de gerenciamento e planejamento que irá beneficiar sua empresa.

Existem muitos gestores que sabem da importância desse instrumento, mas há outros que não percebem o quanto a contabilidade tem para oferecê-los, aí entra o papel do contador em conscientizar o microempresário, dos benefícios que as informações trarão a empresa. Tais benefícios gerarão resultados satisfatórios e contínuos que compensarão todos os investimentos efetuados por ela.

Este trabalho propicia adentrar a outros temas pertinentes, a fim de aprofundar as questões aqui discutidas. Por exemplo, como estão sendo utilizadas as informações contábeis

dentro das MEs ou quando da não utilização da contabilidade, qual outro método é utilizado para auxiliar na tomada de decisão.

Seria bastante interessante e oportuno pesquisas quantitativas através de aplicação de questionários e utilização de gráficos, onde se pudesse ver o nível de utilização das demonstrações contábeis, quais as mais utilizadas no processo decisório, o grau de confiabilidade ou fidedignidade dos demonstrativos elaborados pelas diversas microempresas, enfim há varias formas de se inteirar mais e se aprofundar no assunto.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. A Capacidade informativa da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC). **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 117, p. 20-32, maio/jun, 1999.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: Ibplex, 2006.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 3ª ed. São Paulo: IOB, 2011.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **Código Tributário Nacional**. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

CAMARGO, Ynel Alves de. As entidades sem finalidade de lucro. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS**, Porto Alegre, n. 111, fev, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Márcio Martins; CARDIM, Mariana Gomes. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Difusão Paulista de Enfermagem, 2004, v. 1, p. 15-19.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____, Lúdio Camargo. **Ferramentas Contábeis**. In: Contabilidade Tributária. 11ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____, Sérgio de; MARION José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia do trabalho científico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade geral fácil: Para Curso de Contabilidade e Concurso Geral**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional: causa das diferenças internacionais, convergência contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergências nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. **Revista Administração** – FECAP, 2004, v. 5, n° 3, jul/ago/set, p. 39-54.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Tradução: Reynaldo Marcondes. 9ª ed. São Paulo: Prentice hall, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Altas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas de Contabilidade**. São Paulo: Altas, 1997.

_____, Antonio Lopes de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, Cosme dos. **Guia Prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. Curitiba: Juruá, 2005.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1997.